



GT 16. Antropologia, Saúde Pública e fabulações cosmopolíticas: etnografia e possibilidades simbiopoéticas de cuidar/fazer o mundo.

Coordenador(es):

José Miguel Nieto Olivar (USP - Universidade de São Paulo)

Maria Paula Prates (UFCSPA - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Colocamos em discussão três sistemas de produção de conhecimentos: a antropologia, a saúde pública e as cosmopolíticas. Trata-se de sistemas não equivalentes com relações não simétricas. Assumimos como ponto de vista a antropologia, principalmente de base etnográfica. Olhamos para a saúde pública como um campo fundamental de ação política e de gestão de novas e antigas formas de governo. Entendemos o marco cosmopolítico como um conjunto analítico e proposicional contemporâneo de extrema relevância para pensar “o mundo” nos seus limites e multiplicidades, em relação com formas possíveis de produção de conhecimento. Nos perguntamos: O que a antropologia brasileira contemporânea, objeto múltiplo e em franca transformação, tem a dizer sobre as relações possíveis entre antropologia e saúde pública no marco do conjunto de transformações e desastres que tem sido compreendidas como “fim do mundo”, Antropoceno, entre outros? Como a saúde pública pode se ver afetada no atravessamento de perspectivas antropológicas e etnográficas no marco do Fim do Mundo? Quais as possibilidades de uma antropologia da saúde, com sua tradição de corpos, curas, perturbações, saberes e emoções, no marco das propostas em curso sobre intervenções cosmopolíticas e intrusões de Gaia? Como alimentar etnograficamente os processos de cuidado, resistência, intervenção, intromissão e (re)feitura d/nos fins do(s) mundo(s), enquanto abre-se a possibilidade de reinvenção da antropologia?

Transgressão ou revés: disputas e acordos narrativos sobre as vidas e os mortos.

Autoria: Sofia Santos Scartezini (UNB - Universidade de Brasília)

As Mortes autoprovocadas carregam consigo a característica marcante de em contextos diversos serem vistas como causas e interpretadas- em muitos casos- como consequências de desequilíbrios cosmológicos e epistêmicos os mais variados. Parto da pesquisa prévia iniciada em meu mestrado em 2016 sobre as mortes autoprovocadas entre a população Karajá de Ibutuna, Ilha do Bananal-TO, estendendo atualmente no doutorado o olhar para outras populações indígenas, repousando o foco nos discursos e atuação dos profissionais da saúde em contextos interculturais. Em campo e através de pesquisa bibliográfica, surgem os dados de que o suicídio não é um consenso e muitos casos indígenas demonstram que o fenômeno pode ser fruto de um ataque de outrem que leva a pessoa a provocar a própria morte ou até mesmo a economia entre vivos e mortos que transformam pessoas ?vivas- em moribundas, as narrativas indígenas são diversas. Em materiais oficiais divulgados pelo Ministério da Saúde, que classificam esse tipo específico de morte como ?causas externas intencionais? nota-se que há, em muitos casos, a substituição do termo ?suicídio?, pelos termos ?autocídio? e ?mortes autoprovocadas?. Segundo os usos médicos e específicos das áreas de psicologia, os termos atuam nos laudos e relatórios como sinônimos. Questiono esses usos, adicionando o diálogo com psicólogas e psicólogos que também já apresentam mudança de linguagem e colocam suas perspectivas em dúvida, quando há o contato com o campo. E também questiono diagnósticos que apontam quadros depressivos seguidos de medicalização por esses mesmos profissionais. Ampliando a linguagem, interesse-me em como essa ?terceira margem? se desenrola na interação entre os discursos indígenas e não-indígenas. Sigo as pistas e a possibilidade poética para aproximar-me das questões que envolvem a temática,



ancorando-me no conto ?A terceira Margem do Rio?, de 1994, de Guimarães Rosa, que narra a história de um homem, pai, marido, que decide por abandonar a família e sua vida em terra, manda fazer uma canoa e vai-se pelo rio, vagando em silêncio, em ausência, nas dúvidas que deixa nos que ficou e no mistério eterno de sua escolha (ou não?). Memórias que perduram entre os que vão e os que ficam também fazem parte das engrenagens que permeiam as fabulações sobre os fatos. As possibilidades e abstrações dos discursos não indígenas sobre os indígenas que transformam ou nomeiam ?boa vida? e ?bem viver?, tendo como objetivo ações de cuidado e de promoção de saúde também são alvos da reflexão que proponho.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: